

Ata da 3^a Reunião de 2025 – Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CENAC)**Abertura e Participantes**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às 10h, realizou-se a 3^a reunião ordinária do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CENAC). A reunião contou com a participação de representantes do Ministério da Educação (MEC), das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais. A condução inicial foi realizada por Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), que deu as boas-vindas aos participantes e apresentou a pauta de discussão, a saber:

Pauta:

- Execução Financeira: *Ciclo 2024/2025; Ciclo 2026/2027 e Apoio à execução dos Estados.*
- Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEI);
- PDDE Cantinho da Leitura - Educação Infantil;
Planejamento, priorização e empenho.
- Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização;
- Encontros do CENAC e CEEC - Regiões;
- Assistência Técnica aos Estados – ICA;
- Avaliações Estaduais e o SAEB;
- Avisos.

Foram apresentadas as novas representações e suplências regionais. Destacaram-se as boas-vindas às novas integrantes: professora Flávia Emanuele (Mato Grosso), professora Arlete Mendonça (Amazonas) e professora Kênia Scarduelli (Santa Catarina). Pelo MEC, apresentou-se o professor Caio de Oliveira Callegari (SECADI/GAB/MEC), destacando sua atuação na Coordenação-Geral de Equidade Educacional e no PDDE Equidade.

Representando o Consec, participaram o secretário Renan Ferreirinha (titular) e a professora Maria Sílvia Bacila (Curitiba). Pela Undime, estiveram presentes os representantes regionais: professora Luslarlene (Norte), professor Petrúcio Ferreira e professora Andreika Asseker (Nordeste), professora Silvia Freire (Centro-Oeste), professor Luís Miguel e professor Jônatas Gonçalves (Sudeste), e professoras Márcia Baldini e Jucilene Fernandes (Sul).

O Diretor Alexsandro enfatizou a importância da representatividade regional no CENAC e o papel de cada membro na construção colaborativa das ações do Compromisso. Informou que a Secretaria de Educação Básica, professora Kátia Helena Schweickardt, não pôde comparecer por compromissos oficiais, e reforçou que as pautas da reunião refletiam a continuidade das ações sob sua coordenação. Na sequência passou a discussão dos pontos de pauta a seguir.

1. Execução Financeira do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)

A discussão foi conduzida pela diretora Anita Gea Martinez Stefani (SEB/DAGE/MEC), que destacou a importância de uma gestão eficiente dos recursos para garantir o sucesso das iniciativas educacionais. Neste sentido, a diretora informou que, até o momento, o empenho total, destinado aos materiais didáticos, garantiram um investimento de R\$ 240.547.762, milhões, cuja execução, pelos estados, correspondeu a um total de 38,95%, havendo, portanto, a necessidade de acelerar os processos de execução, com posterior solicitação de pagamentos com a apresentação das notas fiscais no SIMEC.

A diretora Anita destacou, ainda, que embora o valor executado tenha dobrado desde a última reunião do CENAC, em junho, ainda é considerado baixo, ressaltando a importância de acelerar a execução para justificar a solicitação de novos recursos junto ao governo federal. Apontou também que quatro estados (DF, PA, RJ e RN) já executaram 100% dos recursos recebidos em 2023, para reprodução de materiais didáticos, enquanto outros estão em diferentes estágios de execução.

Em seguida, apresentou os status da execução dos recursos recebidos para formação continuada dos profissionais da educação, apontando que foram investidos, no ciclo de 2023-2025, um valor total de R\$ 577.396.092,55. Anita explicou, também, que, ao contrário dos materiais didáticos, os recursos para formação continuada são pagos antecipadamente, mas sua execução depende do monitoramento e da prestação de contas pelas redes estaduais. Atualmente, houve execução, conforme dados declarados no SIMEC, pelos estados, de R\$ 75.952.361,89, que corresponde a apenas 13,64%, embora levantamentos informais indiquem uma execução real próxima de 60%. Assim, a diretora Anita fez um apelo para que as secretarias estaduais atualizem as informações no SIMEC, pois isso é crucial para demonstrar a efetividade do gasto e justificar a necessidade de mais recursos.

A reprogramação e o apoio técnico para execução financeira também foram discutidos. Anitta mencionou que algumas estratégias estão sendo implementadas para facilitar a execução dos recursos, como a criação. Na sequência a Diretora Anita informou, ainda, sobre a criação de um grupo de trabalho (GT) de acompanhamento e assistência técnica, que já realizou três reuniões. Este grupo tem sido fundamental para resolver problemas comuns a vários estados e propor soluções personalizadas. Além disso, destacou que está em andamento um estudo para a realização de uma ata de registro de preços para a reprodução de materiais complementares, o que deve simplificar e dar celeridade as contratações pelos entes federativos estaduais.

Anita concluiu sua apresentação reforçando a importância do trabalho colaborativo entre o MEC, as secretarias estaduais e a Undime para garantir que os recursos cheguem efetivamente às escolas e cumpram seu papel de apoiar a alfabetização das crianças. Ela destacou que o sucesso do CNCA depende do empenho de todos os envolvidos e da capacidade de superar os desafios financeiros e operacionais que surgem ao longo do caminho.

Após a apresentação, Alexsandro, do MEC, enfatizou a necessidade de os estados finalizarem o processo de reprogramação, com a assinatura dos Termos de Compromisso (TC), bem como de dar maior celeridade a execução financeira dos recursos. Destacou, ainda, a importância de incluir as escolas indígenas, quilombolas e

do campo no planejamento dos materiais didáticos, para assegurar que todas as crianças sejam contempladas nas políticas de alfabetização.

Destacou, também que o monitoramento adequado é essencial para garantir a liberação de novos recursos e a continuidade das ações. Mencionou ainda a importância do diálogo entre as Secretarias Estaduais e as seccionais da Undime para assegurar, em regime de colaboração, a execução financeira dos investimentos recebidos por meio do CNCA.

Deliberação: Após a escuta dos membros e discussão do tópico de pauta o Comitê deliberou pela necessidade de os estados assinarem imediatamente os Termos de Compromisso pendentes e manterem atualizadas as informações no SIMEC relativas à execução parcial dos recursos. O MEC, por meio do FNDE, acompanhará os ajustes de execução e a SEB envidará esforços para publicar a Portaria de instituição do GT de assistência técnica. O Diretor Alessandro ressaltou ainda que, para o próximo Ciclo do Plano de Ações do Território Estadual (PATe), referente a 2026-2027, as secretarias, em articulação com a Undime, devem contemplar, nos materiais didáticos e na formação continuadas, os contextos específicos das escolas indígenas, do campo e quilombolas.

2. Programa de Formação Continuada – PRO-LEEI

A Coordenadora Lucianna Magri de Melo Munhoz (DIFOR/SEB/MEC) iniciou sua apresentação destacando as ações em curso do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (PROLEEI). Apontou que o Programa atenderá, a partir de 2026, a cerca de 207 mil professores, com a descentralização dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) para 28 universidades selecionadas. Este avanço representa um ganho significativo em relação à edição de 2024, que contou com apenas cinco universidades executoras, o que gerou desafios logísticos e de alcance. Com a ampliação para 28 universidades, espera-se atender de forma mais eficaz as especificidades regionais dos 5.121 municípios envolvidos. O investimento total previsto PROLEEI para 2025 e 2026 é de R\$ 272 milhões, com R\$ 122 milhões destinados a 2025, reforçando o compromisso do MEC em garantir a formação de qualidade para os educadores da educação infantil.

A discussão avançou para a questão da inclusão de professores que já participaram do LEEI no PROLEEI. A professora Andreyka Asseker Amarante, Vice-Presidente da região Nordeste, apontou preocupações sobre a política de não permitir que professores que já fizeram o LEEI participem novamente do PROLEEI. Ela argumentou que a formação continuada deveria permitir a participação contínua dos professores para garantir a atualização e aprofundamento de suas práticas pedagógicas. Neste sentido, Lucianna Magri explicou que a decisão de priorizar professores que ainda não participaram foi baseada em restrições orçamentárias e na necessidade de atender um número maior de novos professores que ainda não tiveram acesso à formação. Ressaltou que, embora o ideal fosse incluir todos, a realidade orçamentária impos a delimitação do público.

Na sequência Petrúcio de Lima Ferreira, representando a UNDIME Nordeste, trouxe à tona questões relacionadas ao financiamento e às bolsas para formadores. Ele destacou que, no Rio Grande do Norte, houve muitas reclamações sobre atrasos no pagamento das bolsas e a falta de infraestrutura adequada para a execução das atividades do LEEI. Lucianna Magri reconheceu os problemas enfrentados na edição anterior e anunciou que, para 2025, as bolsas serão pagas diretamente pelo FNDE, o que deve evitar atrasos. Ela também mencionou que os TEDs preveem o deslocamento dos formadores e outras despesas, mas que algumas contrapartidas, como a disponibilização de espaços para formação, são esperadas das redes municipais.

Alexsandro Santos, do MEC, reforçou a importância de esclarecer a narrativa sobre o investimento no PROLEEI, destacando que o Programa tem um peso orçamentário significativo, comparável ao investimento nos anos iniciais do ensino fundamental. Ele também se comprometeu a resolver quaisquer pendências de bolsas atrasadas, solicitando que os nomes dos formadores afetados sejam enviados para que o MEC, diretamente à Coordenadora Lucianna Magri, para que possa intervir junto às Universidades responsáveis e proceder a regularização dos pagamentos. A professora Lucianna Magri destacou, ainda, que o MEC contratou uma consultora para realizar reuniões por estado, visando aprimorar os acordos entre os territórios e as Universidades, e que o MEC está à disposição para apoiar as redes na implementação do programa.

Deliberações: O Comitê decidiu priorizar a formação de professores que ainda não participaram do LEEI. O MEC comprometeu-se a resolver eventuais pendências de bolsas, e disponibilizar os estados e Undime o conteúdo do TED às redes e planejar reuniões de alinhamento entre universidades e Undime em cada território.

3. PDDE Cantinho de Leitura – Educação Infantil

Alexsandro Santos (SEB/MEC) apresentou o panorama da implantação do PDDE Cantinho de Leitura na Educação Infantil. Foram 58.280 escolas com planejamento finalizado, que totalizarão um investimento de R\$ 174.340.010,00. Entretanto, o diretor esclareceu que o orçamento de 2025 para execução da iniciativa via PDDE, corresponde a R\$ 21 milhões, que permitirá atender inicialmente, cerca de 17 mil unidades escolares de pré-escola. Esclareceu, ainda, que em razão dos limites orçamentários foram definidos critérios de priorização (Nota Técnica nº 263/2025/DPDI/SEB/SEB) que incluem: escolas com educação infantil, maior percentual de crianças beneficiárias do Bolsa Família, escolas com menos estudantes e que solicitaram apenas um cantinho da leitura.

Ademais, o Diretor Aleksandro ressaltou que a meta é atender todas as escolas com planejamento aprovado e explicou que o processo será realizado, com base em critérios técnicos e de equidade. Informou que o MEC está em tratativas para ampliar o orçamento e destacou a transparência dos critérios utilizados. Também reforçou a importância de comunicar às redes e escolas o cronograma de atendimento e o compromisso de universalização até 2026.

Deliberações: O Comitê deliberou pela execução, garantindo transparência e continuidade do atendimento a todas as escolas cadastradas. O MEC buscará novos recursos, inclusive por meio de emendas parlamentares, para ampliar o alcance do programa.

4. Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização

Seguindo as discussões o Diretor Aleksandro, apresentou a proposta de reorganização do cronograma da 2ª Edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, cujo

objetivo é evitar sobreposição com o período de avaliações (SAEB e estaduais). Destacou que o novo período de inscrição será de 17 de novembro a 12 de dezembro de 2025. Reforçou-se a importância de as redes prepararem previamente as evidências e documentos solicitados para comprovação das ações no momento de realização das inscrições.

O Diretor Alexsandro explicou, também, que a proposta de alteração do cronograma, com adiamento das fases do calendário, deve-se às solicitações das redes, especialmente, a partir das escuta dos Articuladores Estaduais da Renalfa. Destacou que o MEC publicará uma retificação do edital, incorporando ajustes de conteúdo e cronograma, e orientou as secretarias para seguirem os critérios de comprovação de evidências estabelecidos no edital, de modo a evitar indeferimentos futuros.

Deliberações: O Comitê aprovou a retificação do edital do selo, incorporando ajustes de conteúdo e novo cronograma. E encaminhou que o MEC, proceda a publicação da retificação oficial e orientação das redes sobre o novo cronograma.

5. Encontros do CENAC e CEEC - Regiões/ Fortalecimento dos Comitês Estaduais do Compromisso

O diretor Alexsandro do Nascimento iniciou a temática abordando os enfrentamentos e a heterogeneidade presentes nas diferentes regiões do Brasil, destacando o importante papel dos Comitês Estratégicos Estaduais/Distrital do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CCEC). Isso justificou a atuação da Coordenação-Geral de Alfabetização, por intermédio do Coordenador João Paulo Mendes, para articulação da realização dos Encontros Regionais com representantes dos comitês, cuja finalidade foi promover a integração entre os membros e a discussão dos principais avanços e desafios dos Comitês em cada localidade.

O diretor Alexsandro destacou que as agendas foram positivas, que contaram com a participação da secretária de Educação, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, assim como a presença dos Diretores e representantes do MEC, Undime, Consed e Consec.

Sobre as reuniões o Secretário Petrúcio, representando a UNDIME Nordeste, descreveu como procedeu a reunião da região Nordeste, elogiando, inclusive o engajamento e representatividade dos participantes. O Coordenador João Paulo destacou que, o sentimento relatado por Petrúcio é semelhante ao da maioria dos Articuladores da RENALFA, que também perceberam a experiência como uma oportunidade de aproximação territorial.

O Coordenador João Paulo, reafirmou o compromisso do MEC em apoiar os CEECs e destacou que o sucesso do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada depende da colaboração efetiva entre todas as partes envolvidas. O desenvolvimento dos materiais de apoio e a continuidade das reuniões regionais são passos importantes para garantir que os CEECs se tornem instâncias cada vez mais eficazes na promoção da alfabetização em todo o país.

O diretor Alexandre complementou informando as ações que estão em planejamento para fortalecer o trabalho dos Comitês, dentre as quais destacou a elaboração de dois materiais estratégicos: um guia de orientações com boas práticas para o funcionamento dos comitês, previsto para ser concluído até o final do ano, e um instrumento de autoavaliação que permitirá o monitoramento e identificar pontos fortes e desafios, fornecendo também subsídios para o MEC oferecer apoio mais direcionado aos comitês. Neste sentido, João Paulo explicou que o objetivo do instrumento de autoavaliação é permitir a análise da implementação e da maturidade das políticas no território, bem como que o instrumento poderá ser aplicado inicialmente e, posteriormente, de forma semestral ou anual, possibilitando o acompanhamento sistemático dos avanços.

Deliberação: Foi consensual a decisão quanto à necessidade de produção dos dois materiais estratégicos de apoio mencionados pelo diretor Alexandre: o Guia de Boas Práticas para o funcionamento dos comitês até o final do ano e a elaboração do instrumento de autoavaliação dos CEECs.

6. Assistência Técnica aos Estados - ICA

Para discussão deste tópico de pauta o Diretor Alexsandro convidou o Coordenador Geral de Alfabetização, João Paulo Mendes. O diretor ressaltou que João Paulo, juntamente com a Coordenadora de Alfabetização, Pollyana Cardoso, vem realizando um trabalho voltado para a integração regional e a prestação de assistência específica aos estados, em prol da melhoria da alfabetização e, por conseguinte, do Indicador Criança Alfabetizada.

O Coordenador João Paulo Mendes de Lima, relatou os esforços da SEB no apoio e na prestação de assistência técnica aos Estados, destacando que, neste ano, o MEC definiu critérios de priorização para estados, municípios e escolas, alinhando com os estados quais escolas deveriam ser prioritárias nas visitas técnicas e no acompanhamento e uma rotina de monitoramento do processo de aprendizagem dos estudantes. Destacou, ainda, que a partir do indicador criança alfabetizada e da estratégia de priorização, foram organizadas reuniões quinzenais com os articuladores estaduais da Renalfa de cada estado. Essas reuniões têm sido realizadas, com apoio da Coordenação Geral de Alfabetização, contando com a participação da Coordenadora Geral Lucianna Magri. As reuniões objetivam fortalecer o acompanhamento das ações e promover a troca de informações e o compartilhamento de experiências entre as equipes estaduais e o MEC, bem como apoiar os estados na elaboração de um planejamento para apoiar os municípios, regionais e escolas prioritárias. Além disso, foram implementadas ações práticas, incluindo visitas presenciais e reuniões online, para apoiar municípios e escolas com maiores necessidades. O MEC também promoveu webinários focados em práticas pedagógicas e elaborou planos de ação baseados nas avaliações do ano anterior.

A Secretaria de Estado da Educação do Amazonas Arlete Ferreira Mendonça, elogiou o apoio do MEC e enfatizou a importância de um regime de colaboração para enfrentar os desafios educacionais, especialmente em regiões com maiores desafios.

Deliberações: O comitê concordou em manter reuniões quinzenais entre os articuladores estaduais e a Rede Nacional de Alfabetização (RENALFA) e sinalizou a necessidade de ampliar a assistência técnica e o monitoramento às escolas prioritárias.

7. Avaliações e calendário do SAEB

A discussão foi iniciada por Alexsandro, do Ministério da Educação, que destacou a importância de ajustar o calendário das avaliações para evitar sobreposições que pudessem prejudicar o desempenho dos alunos. Ele mencionou que alguns estados haviam planejado suas avaliações para setembro e outubro, mas que o MEC emitiu recomendação que fossem realizadas em novembro, com vistas a permitir que as escolas tivessem mais tempo para trabalhar pedagogicamente com os alunos.

O diretor Alexsandro destacou, também que, embora a maioria dos estados tenha conseguido ajustar suas datas, Santa Catarina, Roraima e o Distrito Federal ainda estavam finalizando o processo de licitação para a realização dos exames estaduais. Ele propôs uma reunião com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e as secretarias desses estados para discutir possíveis apoios e entender se havia questões técnicas ou apenas burocráticas a serem resolvidas.

Kênia Andressa Scaduelli, Secretária Adjunta de Santa Catarina, afirmou que o estado estava acompanhando de perto o processo de licitação e, garantiu que o estado iria concluir o processo sem prejudicar o calendário de aplicação.

Em relação aos critérios de aplicação das avaliações, Andreyka Asseker, representante da região Nordeste, ponderou sobre a influência de implicações nos resultados das avaliações em decorrência do perfil do aplicador. Ela sugeriu que o MEC enviasse uma recomendação, aos estados e Undime, orientando sobre o perfil dos aplicadores e o processo de aplicação de forma geral, a fim de minimizar possíveis interferências nos resultados.

Alexsandro Santos acolheu a sugestão de Andreyka e propôs dois encaminhamentos. Primeiro, enviar solicitação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP para que disponibilize as regras obrigatórias para a aplicação das avaliações estaduais. Segundo, sugeriu que a professora Hilda Aparecida Linhares da Silva, Diretora de Avaliação da Educação Básica do INEP, seja convida para a próxima reunião do CENAC para discutir as orientações gerais quanto a aplicação das avaliações pelos estados.

Deliberações: o comitê acolheu duas propostas, a saber: Solicitar ao INEP uma lista das regras obrigatórias para a aplicação das avaliações estaduais e Convidar Hilda, diretora de avaliação do INEP, para a próxima reunião do CENAC, a fim de discutir recomendações quanto a aplicação das avaliações da alfabetização pelos estados.

8- Discussões e deliberações finais/ Encerramento

No encerramento da reunião, o Diretor Alexsandro, do Ministério da Educação, conduziu a discussão sobre a necessidade de ajustar o calendário das próximas atividades do CENAC, em função das avaliações estaduais e do Saeb. Ele destacou que a reunião final do ano, inicialmente prevista para 8 de outubro, seria mais produtiva se realizada após o período de aplicação das provas, permitindo um foco mais claro nas discussões e decisões.

Assim, propôs a mudança da data para a primeira semana de dezembro, em 03/12, coincidindo com um seminário internacional de alfabetização que o MEC está organizando. Essa alteração permitiria que os participantes do CENAC também participassem do evento, enriquecendo as discussões com perspectivas internacionais sobre alfabetização. A proposta de mudança de data foi acatada pelos participantes, que não apresentaram objeções.

Além disso, o Diretor propôs que a reunião da RENALFA, que estava programada para ocorrer entre 20 e 24 de outubro, também seja adiada para a primeira semana de dezembro, de 1 a 3/12. Novamente, não houve oposição à proposta, e a mudança foi aprovada por consenso.

Na sequência, Alexsandro expressou seu profundo agradecimento a todos os participantes do CENAC, destacando o papel vital que cada um desempenha na implementação do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, ressaltou, ainda, que o sucesso das iniciativas do MEC depende do trabalho colaborativo e dedicado das secretarias estaduais e municipais, bem como das instituições parceiras.

Alexsandro destacou que o CENAC tem sido uma plataforma essencial para discutir e resolver desafios, permitindo que o MEC atue de maneira mais eficaz e responsável às

necessidades das redes de ensino. Ele enfatizou que o compromisso e a colaboração demonstrados pelos membros do CENAC são fundamentais para alcançar as metas de alfabetização estabelecidas para o país.

Por fim, Alexsandro reafirmou o compromisso do MEC em continuar trabalhando em estreita colaboração com todos os parceiros para garantir que as crianças brasileiras tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam alfabetizadas na idade certa.

Nada mais havendo a tratar, o Diretor Alexsandro Santos agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Deliberações: Mudança de datas da reunião do CENAC e do Ciclo formativo da Renalfa.